
AGRONEGÓCIO, DINÂMICA TERRITORIAL E RE-TERRITORIALIZAÇÃO NO MÉDIO-NORTE MATO-GROSSENSE - O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

AGRIBUSINESS, TERRITORIAL DYNAMICS AND RE-TERRITORIALISATION IN THE MID-NORTH MATO-GROSSENSE - THE MUNICIPALITY OF DIAMANTINO

Rosangela Alves Sobrinho¹
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa²
Flavio Gatti³

RESUMO: O processo acelerado de modernização da produção e métodos de trabalho no campo vem provocando questionamentos sobre a apropriação, construção e o uso do território pela agricultura e a agroindústria. Diante disso, houve a exigência de novas demandas políticas como a criação de novos municípios. Com o intuito de elucidar o papel da agricultura como base transformadora política e territorial, este trabalho analisa novas territorialidades advindas da produção agrícola, com base nas políticas efetivadas na Região Centro-oeste/MT, mais especificamente o antigo território do Município de Diamantino, o qual, no decorrer das últimas décadas, em função do desenvolvimento agrícola e da produção da soja, deu lugar ao surgimento de novos agrupamentos através da fragmentação do seu território.

Palavras-chave: Novas territorialidades. Expansão da soja. Médio-norte mato-grossense.

ABSTRACT: The accelerated process of modernizing production and working methods in the field has been causing questions about the appropriation, construction and use of the territory by agriculture and agro-industry. Therefore, there was a demand for new political demands such as the creation of new municipalities. In order to elucidate the role of agriculture as a political and territorial transforming base, this work analyzes new territorialities arising from agricultural production, based on the policies implemented in the Midwest Region / MT, more specifically the former territory of the Municipality of Diamantino, which in the course of the last decades, due to agricultural development and soy production, gave rise to the emergence of new groups through the fragmentation of its territory.

Keywords: New territorialities. Expansion of the soy. Mato-grossense medium-north.

1 Professora do Estado de Mato Grosso. E-mail: rosangelamsc@gmail.com.

2 Professora da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: tccardoso1@gmail.com.

3 Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: gatti@unifesspa.edu.br.

INTRODUÇÃO

O processo acelerado de modernização da produção agropecuária brasileira vem provocando há décadas, inúmeras modificações territoriais, impulsionadas pelo surgimento de novos poderes locais, que se fortalecem, desaparecem ou se alternam em ritmo sincronizado com as oportunidades e oscilações do mercado. No jogo deste processo dinâmico surgiram novas demandas políticas, como a criação de novos municípios, a exemplo do que ocorreu em Mato Grosso, conforme a presente análise realizada sobre Diamantino.

Segundo Cataia e Silva (2003), logo após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil possuía 1.889 municípios e em 2001 somavam 5.561, ou seja, em menos de cinquenta anos, surgiram outras 3.672 novas unidades municipais. Já Bernardes e Freire (2005) afirmam que um dos traços marcantes da economia na atual fase do desenvolvimento capitalista é a necessidade de criação constante de inovações, indicando a necessidade da modernização e de modernizar-se, produzindo mais e melhor em menos tempo, implicando na reestruturação do território, constituindo a ciência, a técnica, a informação, e o planejamento, instrumentos cada vez mais eficazes no controle da natureza e da sociedade.

As concepções sobre a dinâmica territorial nos levaram a refletir sobre uma geografia do poder, em que a ideia e o uso do território servem de base para o desenvolvimento, o qual propicia a reorganização do território, mediante a estruturação dos micros e macros sistemas vigentes. Estas especificidades são bem evidenciadas no estado de Mato Grosso, onde o processo de inserção no sistema produtivo nacional exigiu grandes transformações territoriais, viabilizadas por modernizações na organização político-administrativa, que deram lugar ao surgimento de novas fronteiras internas para a operacionalização dos novos poderes, inclusive dos novos municípios.

O Centro-Oeste brasileiro é um exemplo atual de como a constituição da base técnica produtiva necessita de uma nova organização territorial para assegurar a efetivação e modernização do setor agropecuário.

Em Mato Grosso, o surgimento de novas unidades políticas intensificou-se a partir de 1950, período de intensas transformações dos sistemas agrícolas no Brasil, onde se assinala o início da aceleração do processo de criação de “poderes” locais, que seriam representados por novos municípios. Sendo assim, o processo de criação de novos municípios ocorreu como uma forma de regularizar a fragmentação do seu território.

Nos dias atuais, as atividades agrícolas, mais do que nunca estão vinculadas e devem ser tratadas em conjunto ao processo de adensamento político, transformação, adaptação e urbanização do território, pois como afirmou Santos (1993), a “força” da urbanização vem do campo.

Diante deste contexto, a realização deste trabalho envolveu a análise sobre parte do território mato-grossense, mais precisamente, a área integrante do antigo município de Diamantino, cujo dinamismo produtivo propiciou, nos últimos 30 anos, a formação de 16 novos municípios. Desta forma, os objetivos buscados na realização deste trabalho são resumidos nos itens seguintes: Analisar o papel da agricultura como base transformadora política e territorial; Discutir as novas territorialidades advindas da dinâmica da produção agrícola, particularmente da soja no município de Diamantino-MT; Apontar os principais pontos positivos e negativos relacionados à produção sojifeira em Mato Grosso; Analisar a dinâmica populacional frente aos reflexos do sistema produtivo exportador, com ênfase na soja.

Segundo Richardson (1999), o método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos. Isto significa

delimitar um problema de pesquisa, realizar observações e interpretá-las com base nas relações encontradas, fundamentando-se nas teorias existentes. A escolha do método precisa estar apropriada ao tipo de estudo que se deseja realizar, fundamentando-se na natureza do problema a ser investigado.

A elaboração deste trabalho apoiou-se na análise de dados quantitativos sobre a produção da soja nos municípios integrantes do antigo município de Diamantino, com base nos quais, acrescido de observações no lugar e apoio bibliográfico, procedeu-se a análise crítica sobre as especificidades socioeconômicas locais sob a perspectiva das transformações territoriais.

Para a análise do problema proposto, caracterizado pelas inúmeras transformações territoriais ocorridas no município de Diamantino, delimitou-se um período que compreende o espaço de três décadas, mais precisamente a partir da década de 1970, e utilizando como área de estudo a área compreendida aproximadamente entre os paralelos 11° N a 14° 30' S e a 55° L a 58° 30' O, entre as BR's 163 e 364 que englobam os municípios de Alto Paraguai, Brasnorte, Campo Novo dos Parecis, Diamantino, Juara, Lucas do Rio Verde, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Mutum, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Santo Afonso, São José do Rio Claro, Tabaporã e Tapurah, todos desmembrados do antigo município de Diamantino.

TERRITÓRIO: CONCEITO, USO E PODER

Ao longo dos séculos, desde a Antiguidade até aos dias atuais, poder e território caminham nos ideais políticos dominantes nas sociedades. Nessa longa caminhada o Estado-Nação delimitou um processo jurídico-político do território no intuito de legitimar entre outros, o domínio sobre os recursos naturais. O território tornou-se, portanto, base e fundamento do Estado-Nação. Deste modo, a geografia política desencadeou um papel importante com as ideias de Ratzel no momento em que Estado e território consolidavam uma ideologia de segurança nacional e concepção de território.

Sobre essa concepção e ideologia do Estado em relação ao território, Raffestin (1993, p. 13) afirma que Ratzel partiu da ideia que existia uma estreita ligação entre o solo e o Estado. Para Ratzel, “o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais”. Ora, o Estado era então, o centro de todas as atenções, sendo assim, qualquer projeto político ou social o tinha como base de gerenciamento das propostas.

Mas, recentemente, há elementos que mostram mudanças nas trajetórias da Geografia Política, como demonstra Oliveira (2002, p. 75) quando hoje se fala em uma nova Geografia Política.

De uma concepção de poder relacionado apenas ao Estado, passa-se a pensar em poder na sociedade; de uma visão de território vinculado ao Estado-Nação, passa-se a ter uma visão de territórios múltiplos na sociedade; de uma concepção calcada na ideia de planejamento.

Assim, os críticos marxistas e neo-marxistas, especialmente os da geografia econômica, avançaram na direção de evitar um determinismo econômico e geográfico da lógica territorial.

Deste modo, é interessante proceder-se à discussão de uma Geografia do Poder, cuja ideia de território, do seu uso, da sua construção, por instituições e grupos sociais que ao

longo dos tempos, definiram novas formas, compreendendo dinâmicas de apropriação efetiva e afetiva, ou seja, uma combinação específica das variáveis econômicas, políticas e culturais locais, que determinam a intensidade da vantagem competitiva de um território e passam a cobrir aspectos como informação, produção, mercado de trabalho e governança institucional.

Esse estreitamento de relações entre a produção agrícola e o restante da economia é, portanto, um fator extremamente importante quando se quer distinguir a agricultura contemporânea daquela existente antes da revolução tecnológica, quando grande parte dos circuitos espaciais de produção, se esgotavam no interior do próprio estabelecimento agrícola.

Michel Foucault ressalta que o poder está em todas as relações sociais, pois todas as relações são relações de poder. O autor afirma que o poder do Estado é apenas uma de suas formas, ao passo que dessa forma, todas as relações são relações de poder e estão presentes em todos os lugares (FOUCAULT, 1988, p. 89):

Não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim, porque provém de todos os lugares.

Para esse autor o poder não é algo que se possa obter, mas ele é exercido por este ou aquele indivíduo, não se resume nas relações entre dominantes e dominados. O que existem são redes de poder que, ao se unificarem, formam grandes dominações que estão na família, nos grupos restritos, nas instituições, dentre outras, e que as formam, sendo estas possuidoras de resistências, pois ainda segundo Foucault (1988), o poder convive com a resistência.

Desta forma, podemos afirmar que o processo de modernização da agricultura existente em determinadas regiões e suas territorialidades, consiste em redes de poder, regidas por agentes hegemônicos do capital agroindustrial, agricultores, a agroindústria e o Estado. Ao se relacionar poder consistindo em atos, decisões que representam o mal, porém engloba outros elementos que determinam a dinâmica do poder, ou seja, o poder não se estabelece pelo ou a partir do Estado. O poder se manifesta por ocasião da relação. Para Raffestin (1993, p. 53):

Sendo co-extensivo de qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação. Manipulação? Isso que dizer formação, acumulação, combinação e circulação da energia e da informação implicadas pela existência de um campo relacional qualquer que seja.

Ou seja, Foucault e Raffestin relacionam poder ao domínio, estabelecido através das relações dos e para os indivíduos. Porém para esses autores o poder não é algo nas mãos de alguém, ele é exercido pelos homens e é produzido nas relações entre os homens.

A partir desses conceitos, podemos estabelecer algo sobre a atuação do poder no território, ficando bem claro que poder é domínio, e que este é o exercício de uma influência sobre alguém ou sobre um grupo. Todos nós podemos exercer essa influência, e aí é que se dão confrontos de poderes. Essa concepção nos leva a dizer que o poder não existe apenas na esfera do Estado, existe em toda a sociedade.

Ao destacar a ideia espaço-território-territorialidade, Raffestin lembra Lefebvre mostrando a passagem desse mecanismo na utilização do espaço físico modificado e transformado pelas redes, circuitos e fluxos. Nesse sentido ele reforça que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143) ou nas próprias palavras de Lefebvre (1976, p. 193):

...de um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria dele. A posse (propriedade) não foi senão uma condição e, mais frequentemente, um desvio desta atividade ‘apropriativa’ que alcança seu ápice na obra de arte. Um espaço apropriado lembra uma obra de arte sem que ele seja seu simulacro.

Assim, através do acirramento das interações entre os lugares, uma espacialização dos lugares e necessidade das redes, as fronteiras tornaram-se mais porosas (CATAIA; SILVA, 2003), portanto, é através delas que há uma regulação do território e suas regiões de modo que, o conjunto de técnicas só pode funcionar ou atravessar um determinado compartimento público se estiver em consonância com as normas de organização política local.

É nesse sentido que se percebe as diferenciações e os significados do território. A partir daí, o campo e a cidade, espaços de apropriação contínua das territorialidades tomam novas configurações socioespaciais nesse processo da interação agricultura/indústria e relações de poder, já que, com o processo global da economia capitalista o campo viabilizado pela agroindústria passou a exercer atividades não propriamente urbanas, mas atividades e elementos que criaram uma dinâmica unilateral de funcionamento. A agricultura passa a depender bem menos das condições naturais para obtenção de seus bens, constituindo-se como elemento determinante de sua dinâmica, ela incorpora a agroindústria e o meio técnico-científico-informacional.

As relações sociais também se intensificam na medida em que o processo ganha complexidade. Trabalhadores rurais e urbanos interagem territorializando campo e cidade configurando uma unidade, manifestando-se ações de caráter comercial, administrativo, político e culturais. Nesse contexto, do território como objeto de análise social, é que ele adquire uma dinâmica multiescalar, ganhando sentido nas várias formas de se analisar, ficando bem claro o resgate do velho território e o novo. Porém, a riqueza geográfica que se estabelece aqui só é vista pelo olhar do geógrafo.

Cabe aqui, um bom momento para apresentarmos a definição de outro termo anteriormente utilizado, a desterritorialização que, segundo Corrêa (1994), é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de condições capazes de desfazerem o território. Haesbaert (2002) enriquece a análise sobre o processo de territorialização e desterritorialização, através de uma perspectiva mais ampla, dando vários exemplos usando diferentes versões das quais são compatíveis à dinâmica territorial, aqui em especial ao caso mato-grossense. Mas, antes, ele parte de uma perspectiva de um discurso que distingue território e rede, seja como referencial unilateral ou separadamente, mas, como componente importante da territorialidade.

Para o entendimento das novas territorialidades, Corrêa (1994, p. 252) apresenta a seguinte contribuição:

As novas territorialidades ou re-territorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcelas das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilitam o abandono dos velhos territórios para os novos.

Em suma, parece que a dinâmica dos territórios percorre um “ciclo geopolítico”, no qual num primeiro momento é a luta contra o inimigo externo a força propulsora da “união”. Obtida a vitória, o território se expande, até o ponto em que o tamanho excessivo começa a gerar disfunções que estimulam a divisão. Muda-se, porém, de escala, isto é, altera-se a intensidade e o conjunto de relações, assim que encerrado cada ciclo.

O AGRONEGÓCIO DA SOJA E AS NOVAS TERRITORIALIDADES

São várias as atividades econômicas que constituem o complexo agroalimentar, destacando-se entre elas a cadeia agroindustrial da soja. O setor produtivo é a essência de toda cadeia, pois é a produção que movimenta e interliga todos os demais segmentos. A cadeia agroindustrial da soja brasileira sempre foi considerada um exemplo do sucesso de inserção no mercado mundial (EMBRAPA, 2005).

O complexo soja, isto é grão-farelo-óleo, constitui-se em uma das mais importantes commodities nacionais. A participação do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro vem se destacando, sendo que, em 2019, a sua participação em relação ao PIB do país chegou a 21,4% (CEPEA, 2019)⁴.

Deste modo, diante da existência de um ambiente altamente competitivo, propiciado pela globalização dos mercados, o Brasil tem cada vez mais utilizado o agronegócio como uma estratégia de inserção na economia mundial. O aproveitamento das oportunidades geradas pela liberação do mercado mundial surge como fator crucial para o sucesso de tal estratégia. Nesse contexto, elevar a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros é de fundamental importância, ainda que negociações agrícolas internacionais para a retirada e/ou diminuição de subsídios e barreiras à produção e exportação de produtos agrícolas, de peso significativo na balança comercial brasileira, em importantes países concorrentes, estejam em andamento. No caso da soja, a produção está migrando para as regiões de fronteira agrícola, no Centro-Oeste e Norte do país, ficando cada vez mais distante dos principais polos consumidores e dos corredores de exportação, localizados no Sul e Sudeste, o que aumenta os custos do transporte.

O papel da soja na produção de novas territorialidades

O papel protagonizado, atualmente, pela soja no Brasil vem abrindo fronteiras, renovando e inovando territórios e implantando uma nova forma de concepção espacial, levando uma série de modificações, positivas e negativas, de caráter econômico, social e cultural para uma região considerada até poucas décadas com um “grande vazio”, ou seja, fazendo “brotar” áreas economicamente produtivas, bem como inúmeras cidades em espaços primariamente ocupados por cerrados. Ainda no âmbito das modificações provocadas pela soja, destaca-se aquelas de caráter físico e biológico, particularmente o assoreamento de rios, os desmatamentos em grandes proporções e o uso intenso de agrotóxicos.

Santos *apud* Bernardes e Freire (2006) aponta que esta profunda ligação entre técnica, ciência e informação vai constituir o que Santos denominava de meio técnico-científico-informacional, resultando na cientificação e na tecnicização da paisagem, que é rapidamente alterada, em função de determinado produto, atendendo aos interesses dos atores hegemônicos, vinculados às correntes de globalização, conferindo uma nova qualidade a essa fronteira, e segundo ele, resultando na produção de uma nova geografia.

Deste modo, essa cultura, conseguiu atingir, principalmente nas últimas duas décadas, grande importância nacional e internacional. Com isso, atraiu muitos investimentos, tanto para o aumento de sua atividade primária no campo, quanto para competitividade final do grão de soja e de seus principais derivados, o farelo e o óleo, nos mercados internacionais (MORENO; SOUZA-HIGA, 2005).

O que motivou a implantação da produção da soja, inicialmente, na região Sudeste e, posteriormente, na noroeste e norte do estado de Mato Grosso, foram, as condições favoráveis relacionadas à temperatura, distribuição de chuvas e luminosidade, e ainda a topografia, a vegetação aberta do cerrado e de fácil exploração e a dimensão da área, já que se trata de maiores áreas planas contínuas do Brasil. Bernardes e Freire (2005) afirma que tais condições naturais apresentavam vantagens competitivas em nível do mercado internacional, constituindo o cerrado uma significativa fronteira para a ciência e a tecnologia, onde coexistiam interesses diversos de ordem econômica e política.

Em Mato Grosso, o complexo da soja é constituído por um conjunto de atividades que, articuladas, integram diferentes setores da economia, definindo uma cadeia produtiva altamente tecnificada. Assim, a apropriação territorial de Mato Grosso pelos projetos de colonização, urbanização, instalação de serrarias e a implantação e instalação agroindustrial para atender a cultura de grãos, como a soja, trouxe uma mudança significativa na paisagem natural, substituindo a vegetação natural pela cultivada. Ainda mais pelo fato de que a característica mais evidente da produção de grãos é a da necessidade de grandes extensões de terras para criar escalas requeridas para a competição internacional.

Sob esse prisma, Freire Filho (2003, p. 57) afirma que:

À medida que o campo se moderniza como acontece com o *commodity* soja, criam-se novas formas de consumo produtivo, em especial pela incorporação de ciência e informação às áreas rurais. Aumentam as necessidades de máquinas, complementos, insumos materiais e intelectuais, que atenderão a produção, ao crédito, à administração pública e privada.

Ou seja, a expansão da cultura da soja foi um dos principais responsáveis pela introdução do conceito de agronegócio no país, não só pelo volume físico e financeiro envolvido, mas também pela necessidade da visão empresarial de administração da atividade em si, por parte dos produtores, fornecedores de insumos, processadores da matéria-prima e negociantes, de forma a manter e ampliar as vantagens competitivas da produção.

Já para Bertrand (2005, p. 112):

A cadeia de soja em Mato Grosso caracteriza-se pela existência de um pequeno número de atores, com um peso econômico importante: grandes produtores e médios, modernos e mecanizados, empresas multinacionais e grupos nacionais atuando tanto a montante como a jusante da produção agrícola.

Essa infraestrutura se apresenta sob vários aspectos: equipamentos e implementos de alta *performance*, com facilidade para renovação da frota; estratégias específicas para as vastas regiões de clima hostil às safras - o que premia a eficiência e não tolera a ineficiência; e logística de transporte. Porém, mesmo assim, a soja brasileira tem boa aceitação no exterior, entre outras coisas, por produzir óleo com um dos mais elevados teores de qualidade do mundo e de cor amarelo-ouro, aspecto valorizado pelos compradores - fatores influenciados pela insolação o ano todo, clima favorável e solo fértil existentes no País.

Mato Grosso é o maior produtor nacional de soja, com maior produtividade. Considerando as perspectivas de demanda e potencial de crescimento dessa cultura no Estado, tanto em área como em produtividade, a previsão é de que produzirá cerca de 33 milhões de toneladas em 2019/ 2020. Deste volume, 540.051 toneladas, na forma de grão, farelo e / ou óleo, foram embarcadas para mercados mundiais, principalmente Japão e Arábia Saudita (IMEA, 2020)⁵.

Entre os fatores que levaram o Estado à condição de maior produtor nacional de soja estão: o incentivo do governo para ocupação destas imensas áreas “vazias” do cerrado, o desenvolvimento de novas variedades adaptadas ao clima da região, a topografia plana que favorece a mecanização e os investimentos privados em infraestrutura e na industrialização.

Porém, nota-se que o modelo agrícola atual é extremamente concentrador e excludente. A fim de exemplificar, a cotonicultura que a menos de uma década no Brasil era um dos cultivos responsáveis por empregar milhares de trabalhadores temporários no período da safra, pelos diversos estados brasileiros, por um período de quatro meses ao ano, atualmente exige apenas um operador da máquina colheitadeira para colher centenas de hectares em poucos dias. Além disto, a concentração de propriedades em grandes unidades de produção também resulta em negativos impactos sociais já que a produção de soja não requer grande mão de obra e muitos destes pequenos produtores são forçados a migrar para os centros urbanos, contribuindo para os problemas associados ao crescimento populacional das cidades.

Como via de regra, nas cidades, as oportunidades de trabalho que vão surgindo são poucas e seletivas, por exigirem escolaridade e experiência. Normalmente, esses ex-trabalhadores rurais são mais uma vez colocados na linha da exclusão. O que lhes resta, quando possível, é ocupar postos de trabalho que não exigem qualificação e que, por sua vez, apresentam as mais baixas remunerações (faxineiros, servente de pedreiros, vendedores ambulantes, vigias de carros nas ruas).

Nota-se, portanto, que a situação para essa classe de trabalhadores não apresenta boas perspectivas, à medida que a lógica de desenvolvimento do campo imprime a redução dos custos a começar pela diminuição do quadro de funcionários, crescendo assim, a fileira dos desempregados e, como resultado adicional gera uma abundante mão de obra, barata e sem poder de reivindicação de seus direitos. Estes espaços globalizados e estruturados, em função da agropecuária, revelam em si, diferenças a partir dos seus próprios mecanismos de construção. Ou seja, sua descontinuidade e sua co-existência são materializações concretas deste processo (PEIXINHO, 2006). O processo de criação destes novos municípios ocorre de forma regular no território. A criação de novas unidades municipais tende a seguir um caminho rumo à transformação dos macrossistemas. Assim, através de projetos de modernização, o urbano vai sendo construído no contexto da agricultura moderna no Cerrado, proporcionando o reordenamento dos centros urbanos já existentes, através da criação de novos núcleos, surgidos em função de adensamentos populacionais nas áreas de maior produção.

Vale ressaltar que as cidades surgem e crescem mais rapidamente que a própria fronteira agrícola, de modo que, com frequência, os distritos são desmembrados dos municípios de origem, tornando-se grandes produtores individuais de soja, ou seja, seguramente pode-se afirmar que o processo de produção e expansão da soja é o principal fator responsável pelo notável surgimento e crescimento das áreas urbanas no estado de Mato Grosso, onde ocorre uma grande mudança estrutural e econômica, devido ao surgimento de comércios varejistas, atacadistas, representações comerciais, bancos, escolas, universidades, faculdades, entre outros. Esses estabelecimentos, em sua maioria, estão ligados ao surgimento e manutenção do complexo socioeconômico-espacial criado pela soja.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

Território de várias nações indígenas, o antigo município de Diamantino estendia-se até a confluência dos rios Juruena e Teles Pires, abrangendo um extenso território. Depois da decadência da mineração e da borracha, Diamantino viveu um longo período de estagnação, ressurgindo na década de 1960, quando começou a receber intenso fluxo migratório.

À medida que crescia a migração, criavam-se núcleos de colonização, que cresciam e depois de um tempo se emancipavam. Em decorrência deste processo, nos últimos anos o município de Diamantino perdeu a maior parte de seu antigo território com a emancipação de novos municípios. Com exceção dos municípios de Alto Paraguai, que nasceu do garimpo de diamante, e Campo Novo dos Parecis, que surgiu em torno das grandes fazendas de soja, todos os outros municípios desmembrados de Diamantino nasceram de núcleos de colonização (BARROZO, 2002).

Atualmente o município de Diamantino possui acesso por rodovias pavimentadas e é atravessado pelas rodovias MT-270, MT-343, BR-364 e BR-163. É atendido pelo sistema interligado de energia elétrica, e apresenta nível médio de disponibilidade de telefonia e infraestrutura. Possui um índice de 77% de população urbana. Suas principais atividades econômicas estão ligadas à agricultura, especialmente a agricultura empresarial da soja, e a pecuária. Seu ambiente natural tem predomínio das formações savânicas, bastante perturbadas pela ocupação humana, evidenciada pelo uso agropecuário. Quanto ao solo, o uso baseado predominantemente na agricultura é considerado na maior parte da área compatível, ocorrendo em menor proporção situações de inadequação por subutilização e sobreutilização (MATO GROSSO, 2004).

Segundo o Perfil do Município de Diamantino (MATO GROSSO, 1984), sua história é marcada pela ocorrência de fatos históricos de características peculiares e curiosas, determinados por ciclos econômicos distintos como: o ouro, a borracha, o diamante, a pecuária e atualmente a agricultura. Além disso, por várias vezes fora elevado à categoria de Vila (município), retornando posteriormente a situação de distrito.

A partir daí, por iniciativa do Governo do Estado, foi criado um programa de vendas maciças de terras e incentivos à colonização. A real ocupação se deu a partir de 1970, através do Plano de Integração Nacional – PIN, viabilizada pelo então Presidente da República Gal. Emilio G. Médici. Segundo Barrozo (2002, p. 7):

O município de Diamantino, que até os anos 50, tinha mais de 100.000 km², perdeu grande parte de seu território com a formação de novos municípios. Sua estrutura fundiária também sofreu profundas transformações. Os pequenos estabelecimentos rurais, com menos de 100 hectares, diminuíram em número.

Além do objetivo já citado, o PIN previa também o esvaziamento de áreas de tensão social, caracterizadas pelos conflitos fundiários, nas regiões Sul e Sudeste. Esse processo teve início com a atração dos imigrantes, através da farta propaganda, ofertando terras férteis, incentivos fiscais e financeiros na região Centro-Oeste, principalmente no Norte do estado de Mato Grosso.

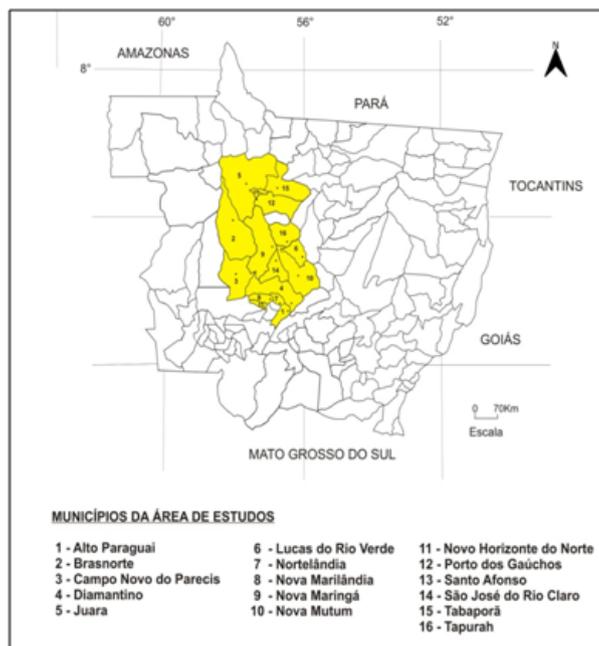
A partir da década de 1960, o município de Diamantino sofreu uma intensa migração. Um dos fatores de maior importância e incentivo para efetivação do plano de colonização do Médio Norte mato-grossense foram os investimentos em obras de infraestrutura, como por exemplo, as rodovias. Estas obras constituíam-se pré-requisitos para a ocupação de onde se buscavam, além de tudo, uma produção futura de bens e serviços que fixassem as populações nos novos centros urbanos.

A Rodovia Cuiabá – Santarém possui 1.700 km, disposta no sentido Norte – Sul. Iniciada em 1971, foi inaugurada em 1976, pelo então Presidente da República General Ernesto Geisel. Sua construção pode ser considerada como um fator positivo, pois, facilitou as migrações, as instalações humanas e estimulou o desenvolvimento econômico através da possibilidade do escoamento da produção agrícola e pecuária.

Com o plantio no Cerrado, a moderna tecnologia aplicada à agricultura, à abertura das BR's 163 e 364 e com a intensa migração advinda principalmente do Sul do país, a partir de 1976 ocorreu o maior desenvolvimento de todos os tempos, colocando Diamantino, antes conhecido por sua grande riqueza mineral, como destaque não só na região, mas também no contexto do Estado como município produtor de grãos (soja e algodão).

Municípios da área em estudo

Apresenta-se neste item, um breve levantamento da divisão territorial do Município de Diamantino, apontando as novas territorialidades surgidas inicialmente através dos programas de povoamento do governo federal, favorecidas pela abertura da BR-163, e mantidas através da produção de soja, da pecuária, cultivo de algodão e da indústria madeireira.



Fonte: Organizado pelos autores/ 2019.

Figura 1. Abrangência da área de estudos.

Através das figuras apresentadas a seguir, pode-se ter noção da dimensão territorial original do Município de Diamantino e sua desterritorialização no processo de criação de novas municipalidades neste território. Desta forma encontramos na Figura 2, a seguir, a representação da primeira constituição territorial do município de Diamantino, onde se observa toda a magnitude e extensão do território original. Pode-se observar que num período de 231 anos, o território manteve-se intacto, sem mudanças em sua totalidade.

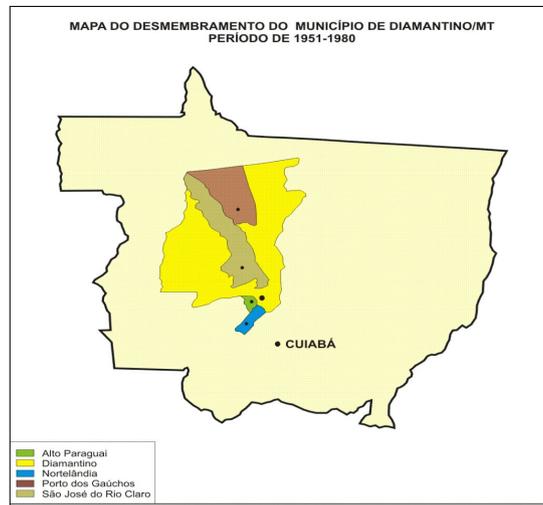
Durante o período entre 1719 e 1950 o território manteve-se intacto. Pode-se avaliar a dimensão territorial original do Município de Diamantino e sua desterritorialização no processo de criação de novas municipalidades neste território. Observa-se que num período de 231 anos, o território se manteve intacto, sem mudanças em sua totalidade.



Fonte: Mato Grosso 1980 – Organizado pelos autores/2019.

Figura 2. Mapa histórico do Desmembramento do Município de Diamantino 1719-1950.

Já a partir de 1951, conforme a Figura 3 a seguir, já se pode observar uma alteração do território através do desmembramento e constituição de 04 novos municípios dentro de sua extensão original: Alto Paraguai, Nortelândia, Porto dos Gaúchos e São José do Rio Claro. Aqui, em um período de 29 anos o território original foi desmembrado em 05 unidades territoriais.



Fonte: Mato Grosso 1980 – Organizado pelos autores/2019.

Figura 3. Mapa histórico do Desmembramento do Município de Diamantino 1951-1980.

A partir de 1981, essa dinâmica territorial se intensifica, transformando o território não só em sua divisão municipal, como também em sua extensão. Pode-se verificar que, no curto espaço de 09 anos, um território que continha 05 unidades municipais se desterritorializa dando origem a nada menos que 12 municípios. Fica nítida, portanto, que essa dinâmica transforma radicalmente o território e suas concepções iniciais.

Fortuna (2005, p. 77) afirma que:

Em algumas regiões do Estado de Mato Grosso constatam-se grandes mudanças na organização espacial de suas atividades econômicas num período extremamente curto de 10 anos. Essas mudanças advindas da produção sojifeira [...] influenciam a dinâmica político-social regional, (re)criando novas formas espaciais como novos espaços de produção e de circulação no território.

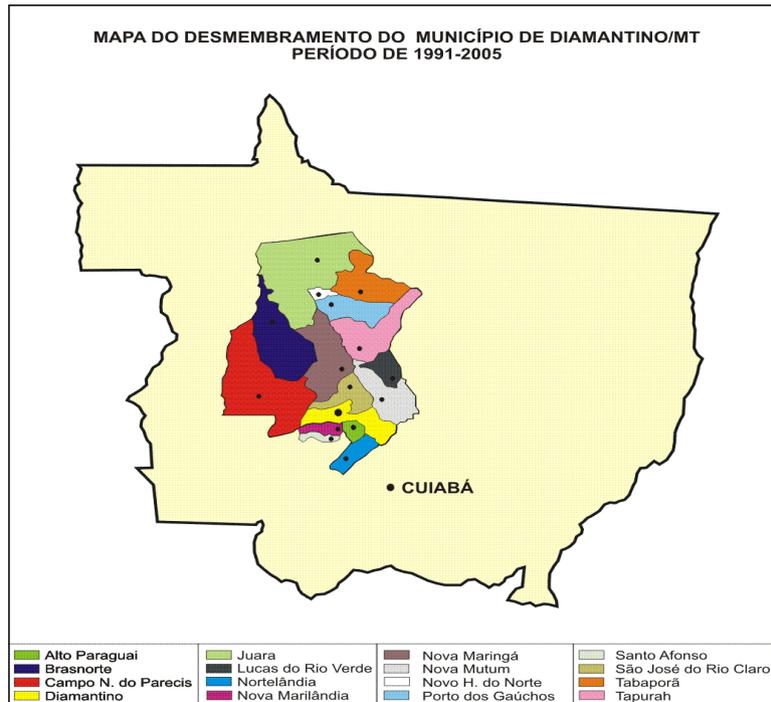
Conforme se pode verificar na Figura 4 abaixo:



Fonte: Mato Grosso 1990 – Organizado pelos autores/2019.

Figura 4. Mapa histórico do Desmembramento do Município de Diamantino 1981-1990.

Já em um último momento, conforme a Figura 5, o círculo de transformação territorial se fecha, e o antigo município de Diamantino, passa a comportar em sua área original, a totalidade de 16 municípios, todos desmembrados de seu território, tornando-se um espaço totalmente transformado/modificado, acrescentando a sua realidade original novas culturas, economias e sociedades. Transformando não só sua parte física, mas somando, dividindo e subtraindo todos os fatores sócio-econômico-culturais dispostos em uma formação territorial.



Fonte: Mato Grosso 1990 – Organizado pelos autores/2019.

Figura 5. Mapa histórico do Desmembramento do Município de Diamantino 1990-2005.

Segundo Bernardes e Freire (2005, p. 16):

Nesse contexto o jogo está aberto, fenômenos de abertura de novos espaços produtivos e de cooperação podem ser identificados, vinculados a novos potenciais, assim como fenômenos de fechamento de espaços tradicionais. O que vale é a produção do território, é a produção do espaço como trabalho morto e as ações que o produzem [...].

Porém, vale ressaltar que entre os 16 municípios da área de estudo nem todos são produtores de soja, como por exemplo, Juara, Novo Horizonte do Norte e Santo Afonso, nos mostrando que nem todos os municípios desmembrados de Diamantino surgiram ou vivem em função da soja, tendo como base para seu desenvolvimento econômico outros produtos.

Foram levantadas ainda, algumas informações a respeito destes municípios, conforme o Quadro 1, a seguir, o qual engloba dados que nos apresentam condições básicas para a análise destes territórios criados, modificados e consolidados, em função da produção de soja.

Quadro 1. Municípios da Área de Estudo – Dados Gerais.

Município	Extensão Territorial (km ²)	População (2019) ⁶	IDH	Ranking IDH Estadual (2010)
Alto Paraguai	1.844,817	11.356	0,704	39º
Brasnorte	15.959,135	19.695	0,696	53º
Campo Novo do Parecis	9.434,572	35.360	0,734	13º
Diamantino	8.191,677	22.041	0,718	22º
Juara	22.622,350	34.974	0,682	76º
Lucas do Rio Verde	3.675,221	65.534	0,768	02º
Nortelândia	1.353,604	5.989	0,702	46º
Nova Marilândia	1.936,428	3.278	0,704	39º
Nova Maringá	11.555,987	8.641	0,663	104º
Nova Mutum	9.532,064	45.378	0,758	03º
N. Horizonte do Norte	898,499	4.004	0,664	102º
Porto dos Gaúchos	6.862,118	5.410	0,685	73º
Santo Afonso	1.174,212	3.146	0,689	65º
S. José do Rio Claro	4.533,010	20.664	0,682	76º
Tabaporã	8.448,004	9.489	0,695	54º
Tapurah	4.489,391	13.705	0,714	28º

Fonte: IBGE (2019) – Organizado pelos autores/2019.

Pautada nos estudos realizados por Becker (2004, 2005 *apud* ESCADA, 2005) apresentam algumas hipóteses sobre a nova fronteira de ocupação, tendo sua gênese em um contexto diferenciado daquele das décadas de 1960 e 1970, quando o governo induziu a formação da fronteira agrícola na Amazônia e a intensificação da ocupação destas regiões que se prolongou até as décadas de 1980 e 1990. A nova fronteira estaria se constituindo por frentes localizadas, impulsionadas por uma maior diversidade de atores e por diferentes motivações econômicas: terra, soja, pecuária e exploração madeireira. Considerando que a compreensão da dinâmica e a formação da fronteira podem auxiliar na construção de políticas públicas para a região.

Desta forma, o desenvolvimento produtivo do território compreende a articulação de diferentes atividades urbanas e rurais, a integração das micros e pequenas empresas em cadeias produtivas e, mais amplamente, a formação de redes de cooperação, tendo a economia informal como um potencial a ser desenvolvido e articulado a este conjunto. Envolve ainda a mobilização da poupança local, como oportunidade de geração de trabalho e renda, através de investimentos no sistema produtivo local.

Para Santos (1993, p. 197):

Os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis, locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral).

Toda essa dinâmica territorial e populacional acabou acarretando a transformação de funções historicamente exercidas por determinadas áreas de produção agrícola e por determinados produtos agrícolas, gerando uma nova e mais profunda divisão social e territorial agrícola no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, no processo de divisão do território, ganham destaque as áreas que passaram a produzir produtos agropecuários industrializados ou semi-industrializados, voltados em grande parte para a exportação, gerando uma situação de privilégio econômico e uma nova classe de empresários agrícolas e agroindustriais, com grande concentração de terras e de renda.

Mesmo diante da busca de melhorias e novas técnicas para melhor aproveitamento e menor impacto sob essas áreas produtoras, tem-se ainda que ressaltar a questão ambiental, já que a indiscriminada retirada da cobertura vegetal implica no comprometimento da biodiversidade, bem como coloca em risco o desenvolvimento de inúmeras espécies animais dependentes do meio para se alimentar, reproduzir, abrigar. Daí um dos aspectos que asseguram a insustentabilidade desse modelo de desenvolvimento do ponto de vista ambiental. Não se pode deixar de lembrar ainda, que as florestas da área no entorno da BR-163 possuem um vasto estoque de madeira, que, se exploradas de forma manejada, podem gerar uma economia florestal sustentável. Entretanto, a problemática se encontra no fato de que a maioria da exploração madeireira praticada na área adjacente à da BR-163 é ainda largamente predatória.

Desta forma a pavimentação e recuperação da Cuiabá-Santarém cria a oportunidade de negociação e formação de um pacto entre os atores e áreas inseridas em seu espaço, para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento para a região, desde que esse modelo pressuponha o estabelecimento e conservação ampla de recursos naturais através da expansão de Unidades de Conservação (mesmo nas propriedades privadas), o respeito às populações tradicionais e os povos indígenas, e a edificação de uma economia diversificada incluindo o agronegócio, a agricultura familiar e o manejo florestal.

Outro problema oriundo dessa dinâmica territorial e da produção em grande escala do *commoditie* soja, é a perda de grandes volumes de solos anuais por erosões, desestruturação, compactação, concentração de agro-químicos nos primeiros horizontes etc. Esses problemas, uma vez instaurados, são responsáveis por desencadear tantos outros. A compactação, por exemplo, implicará no processo de redução de absorção das águas das chuvas, aumentando conseqüentemente o escoamento superficial e, em longo prazo, o rebaixamento do nível dos lençóis freáticos.

Verifica-se que a dinâmica territorial na região estudada atinge todos os âmbitos da produção do espaço geográfico, sendo que a mesma modificou/criou estruturas físicas, sociais, econômicas, ambientais e humanas na região, produzindo um espaço, onde atores de diferentes culturas e níveis de conhecimento interagem na manutenção do território. É necessário que se aparem arestas, a fim de direcionar as ações, trabalhos e pesquisas para que a realidade dessa área, no futuro, apresente menores disparidades sociais, econômicas e ambientais.

Para finalizar, no decorrer deste trabalho, pode-se verificar através dos mapas históricos elaborados, uma dinâmica territorial imensa na região estudada, essa dinâmica,

atinge todos os âmbitos da produção de um espaço geográfico, sendo que a mesma modificou/criou estruturas físicas, sociais, econômicas, ambientais e humanas na região, produzindo um espaço no qual atores de diferentes culturas e níveis de conhecimento interagem na manutenção do território.

Enfim, como mostrado nos dados e tabelas deste trabalho, a região do médio norte mato-grossense pode ser classificada como uma das regiões onde mais ocorreram transformações territoriais no Centro-Oeste. Mais especificadamente a área estudada, que dispõe de uma riqueza territorial, ambiental, sociocultural e econômica muito grande. Todos esses fatores contribuem para que seu crescimento econômico e desenvolvimento regional ocorram de forma ordenada e promissora, aumentando ainda mais os níveis de produção, armazenagem e beneficiamento para os produtos oriundos do *commoditie* soja e demais produzidos na região, elevando a região ao posto de mais promissora e desenvolvida do país, mas não acrescentando somente aos seus índices de produção e sim em todas as áreas cabíveis aos setores socioculturais e ainda de forma a preservar o patrimônio natural.

NOTAS

4 Disponível em: [http:// https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx](http://https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx). Acesso em: 20 mai. 2020.

5 Disponível em: <http://www.imea.com.br/imea-site/relatorios-mercado-detalhe?c=4&s=2>. Acesso em: 20 mar. 2020.

6 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. População Estimada. (IBGE Cidades). Acesso em: 20 dez. 2019

REFERÊNCIAS

BARROZO, J.C. **Diamantino**: do extrativismo à agricultura moderna. Colaboração de ROCHA, G.S.; MATOS, O.G.; SCHAEFFER, R.; NÉSPOLI, M. Cuiabá: NERU/CNPq/SEMEC de Diamantino, 2002.

BERNARDES, J. A.; FREIRE, O. L. (Org.). **Geografias da soja**: BR-163: fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. p. 13-38.

BERNARDES, J. A.; FREIRE, O. L. (Org.). **Novas territorialidades no Cerrado Matogrossense**. Relatório Final de Pesquisa, CNPq, 2005.

BERTRAND, J. P. Dinâmica da soja no Brasil: o estado de Mato Grosso em destaque. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 01, p. 109-123, 2005.

CATAIA, M. A.; SILVA, S. C. **Criação de novos municípios**: uma face da modernização técnica e corporativa do território. São Paulo: EdUSP, 2003.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CORRÊA, R. L. Território e corporação: um exemplo. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.A. de; SILVEIRA, M.L. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

EMBRAPA. **Ensaio em rede para o controle de doenças na cultura da soja**. Londrina-PR, 2005.

ESCADA, M.I.S. O avanço do desmatamento na Amazônia no contexto das novas

- fronteiras – INPE/GEOMA. In: SEMINÁRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE ANÁLISE DOS DADOS DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL, 3., 2005, São José dos Campos, SP. Anais [...]. São José dos Campos: INPE, 2005.
- FERREIRA, J.C.V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá, Secretaria de Educação e Cultura - SEDUC, 2001.
- FOUCAUT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FORTUNA, D. S. Espaço-Rede, produtividade e (re)ordenamento espacial: notas sobre as (re)interpretações dos “impactos” da rodovia BR-163 na porção Norte mato-grossense. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. **Geografias da soja, BR-163: fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro, Arquimedes, 2006, p. 77-98.
- FREIRE FILHO, J. Tecnologias do imaginário. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 22, 2003. ISSN online 1980-3729.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- IBGE. **Censos Demográficos de 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- IMEA. Instituto Mato-grossense de Economia Agrícola. **Relatórios de Mercado**. Cuiabá, 2020. Disponível em: <http://www.imea.com.br/imea-site/#>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- LEFÉBVRE, H. Espaço y política. Barcelona: Ed.62, 1976.
- MATO GROSSO (Estado). Gabinete de Planejamento e Coordenação do Governo do Estado. **Perfil do município de Diamantino**. Assessoria de Informações Técnicas – AIT. Cuiabá, Gráfica do Gabinete, 1984.
- MATO GROSSO (Estado), Secretaria de Planejamento de Mato Grosso. **Anuário Estatístico de Mato Grosso**, v. 26. Cuiabá: Seplan-MT: Central de Texto, 2004.
- MORENO, G. SOUZA-HIGA, T. C. C. Dinâmica populacional de Mato Grosso. In: MORENO, G. SOUZA-HIGA, T. C. C. **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005, p. 72-87.
- OLIVEIRA, G. M. de. **Século XXI: território, estado e globalização**. Caxias do Sul: EDUSC, 2002.
- PEIXINHO, D. M. A espacialização da soja em Mato Grosso. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. **Geografias da soja – BR-163: fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006, p. 154-174.
- RAFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, M. A aceleração contemporânea. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **O novo mapa do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1993.